

# EDITORIAL

<http://dx.doi.org/10.18222/eae.v27i64.3932>

Neste primeiro número de 2016, *Estudos em Avaliação Educacional* apresenta um conjunto diversificado de artigos que perpassa vários domínios do campo de estudos voltados à avaliação. Assim, são abordados a avaliação da aprendizagem em sala de aula, perspectivas de estudos em relação à avaliação em larga escala, aspectos metodológicos de avaliação, além de interfaces interessantes entre diferentes abordagens no campo e o clima escolar e, também, a atuação do coordenador pedagógico. Nesses termos, verifica-se uma ampliação gradativa de temas e enfoques relativos à avaliação educacional, a qual o EAE tem orgulho em fomentar e tornar público.

No primeiro artigo, “Eu sei o que tenho que fazer: a conquista da autorregulação”, Davis e Nunes descrevem e analisam, a partir de uma perspectiva vygotskiana, um caso real de ensino da autorregulação de alunos em processos avaliativos.

Em “Avaliação da aprendizagem na escola organizada em ciclos: concepções dos professores”, Lara e Brandalise discutem resultados de uma pesquisa que objetivou investigar as concepções docentes de avaliação da aprendizagem de uma rede municipal organizada em ciclos, utilizando a metodologia do *Discurso do Sujeito Coletivo*.

Almeida, Souza e Placco, no texto “Legislado versus executado: análise das atribuições formativas do coordenador pedagógico”, discutem as atribuições e incumbências do coordenador pedagógico, segundo a legislação, com base na percepção de profissionais que atuam em quatro escolas públicas de diferentes dependências administrativas no estado de São Paulo.

Os dois artigos seguintes são provenientes de uma mesma ação de fomento a partir do edital de pesquisas “Como

garantir que todos os alunos brasileiros tenham um bom professor todos os dias na sala de aula?”, promovido pela Fundação Lemann e Itaú BBA. No texto “O clima escolar e a convivência respeitosa nas instituições educativas”, seus autores, vinculados à Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), apresentam e discutem a construção e testagem de instrumentos para avaliar o clima escolar em alunos, docentes e gestores, além de descreverem um projeto de intervenção objetivando a melhoria da convivência em duas escolas públicas de ensino fundamental II. O segundo texto, intitulado “Efeitos do Plano de Desenvolvimento da Escola nos resultados escolares”, discute se o PDE-Escola, uma política pública federal, tem efeito no desempenho acadêmico de escolas a partir dos dados da Prova Brasil referentes ao período de 2005 a 2012.

No âmbito da discussão e análise das avaliações em larga escala, esta edição do EAE apresenta três estudos. Martins e Gabriel procuram explorar, em “Saerjinho: sentidos de avaliação em disputa”, as ambivalências forjadas no processo de produção de significados sobre essa avaliação oficial que compõe o Sistema de Avaliação da Educação do Estado do Rio de Janeiro com base na visão de diferentes atores. Em “Desdobramentos dos relatórios das avaliações em larga escala”, Stanich e Sousa analisaram o desempenho dos alunos em Geometria e o modo como os professores – de um sistema de ensino privado – identificavam e representavam as dificuldades dos estudantes. Também vinculado a esse tema, no texto “Avaliação externa e escolas públicas: elementos de gestão democrática”, Machado procura explorar elementos de gestão escolar democrática nas respostas de diretores da rede pública de Guarulhos-SP no questionário da Prova Brasil de 2011.

Por fim, o artigo “Curva de crescimento em Matemática via Teoria da Resposta ao Item” busca favorecer a estimação de habilidades médias em períodos não avaliados e aprimorar a interpretação de escalas em avaliações em larga escala que lançam mão da metodologia da TRI.

Desejamos a todos uma boa leitura.

*Comitê editorial*